

DOCUMENTAÇÃO

O custo de redefinir o casamento

Nos EUA, prosseguem as bata-lhas políticas sobre o “casamento gay”. A última teve lugar no Estado do Minnesota, onde a Câmara de Representantes e o Senado aprovaram que nas eleições de 2012 se submeta a referendo uma emenda constitucional para proteger o casamento entre um homem e uma mulher. Em apoio desta proposta, a Dra. Jennifer Roback Morse dirigiu à Câmara de Representantes as seguintes considerações para fazer ver como a redefinição do casamento afeta os filhos, a paternidade e a intervenção do Estado na família.

A Dra. Jennifer Roback Morse é a fundadora e presidente do Ruth Institute, um projeto da National Organization for Marriage. É mãe de um filho adotado e de outro natural, e, juntamente com o seu marido, foram uma família de acolhimento no condado de San Diego durante três anos. O texto completo da sua intervenção foi publicado em MercatorNet.com, em 2-06-2011.

O objetivo público essencial do casamento é unir mães e pais com os seus filhos e entre si. Para poder ver a importância desta finalidade, devemos considerá-la na perspectiva da criança. O que se deve dar à criança? Diversamente dos adultos, a criança não necessita de autonomia ou de independência. A criança necessita que as duas pessoas que a trouxeram à vida se relacionem e cuidem dela. Portanto, a criança tem um interesse legítimo na estabilidade da união dos seus pais. Mas nenhuma criança pode defender estes direitos por si mesma. Nem tão-pouco é possível restituir-lhe estes direitos uma vez que tenham sido violados. Os direitos da criança à relação com os seus pais e a que cuidem dela, devem ser apoiados ativamente, antes que o dano haja acontecido.

A troca da criança por adultos

O casamento é a instituição da sociedade adulta que protege os interesses legítimos das crianças. Sem este propósito público, não necessitaríamos do casamento como uma instituição social específica.

Perante isto, objeta-se muitas vezes que também há casamentos que não têm filhos. Isto é verdade, mas todas os

filhos têm pais. Privar uma criança de se relacionar com os seus pais é uma injustiça que se faz à criança, e não se deveria admitir a não ser que houvesse uma razão convincente ou inevitável. A objeção de que alguns casamentos não têm filhos inverte a razão fundamental do casamento. Encara o casamento estritamente do ponto de vista do adulto, em vez de o fazer na perspectiva da criança.

Para que serve o casamento?

Os casais do mesmo sexo e os casais heterossexuais são claramente diferentes relativamente à finalidade pública essencial do casamento, e tratar coisas diferentes de forma diferente não é discriminação. Por isso, nos poucos casos em que os tribunais decidiram que o não reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo é uma discriminação ilegal, atribuíram ao casamento finalidades que não têm nada a ver com a procriação ou com a união dos filhos e dos seus pais.

Por exemplo, o juiz Vaughn Walker, que emitiu uma sentença contra a Proposta 8 na Califórnia, definiu o casamento da seguinte forma: “O casamento é o reconhecimento e a aprovação por parte do Estado da decisão dos integrantes de um casal de viverem juntos, se comprometerem entre si e formarem um lar baseado no que sentem um pelo outro, e partilharem a sua economia para se apoiarem mutuamente e aos que dependem deles.”

Segundo esta definição, o casamento não tem nada a ver com os filhos, com a permanência, com a exclusividade sexual ou inclusivamente com o sexo: alguns companheiros de quarto na universidade poderiam ser considerados casados segundo esta definição. O propósito público essencial do casamento desvaneceu-se e foi substituído por finalidades privadas não essenciais. Em vez de ser uma instituição social fundamental, o casamento converte-se em nada mais do que um registo governamental de amizades, uma inútil convenção jurídica que francamente não merece nenhuma ajuda ou reconhecimento do Estado.

Os melhores pais

Mas a criança também necessita de união com a sua mãe e o seu pai. Por vezes, ouvimos afirmar que as investigações concluem que os casais do mesmo sexo podem ser bons pais, como se pretende demonstrar num recente estudo publicado

na revista "Pediatrics" [2010; 126:28-36]. Esta investigação baseou-se nos dados indicados por uma amostra pouco representativa de mães lésbicas de 78 adolescentes, informação que não se pode considerar suficiente para estabelecer conclusões generalizadas. Mesmo assim, os títulos dos jornais disseram: "As lésbicas são os melhores pais". E uma revisão publicada em 2010 de 80 estudos admitiu que há muito poucas provas acerca dos casais masculinos como pais ["Journal of Marriage and Family", 2010; 72:3-22]. Simplesmente, não temos suficientes provas para extrair conclusões do tipo "as lésbicas são os melhores pais".

No outro lado da equação há imensos dados que mostram que os filhos necessitam de um pai e de uma mãe [ver "Why Marriage Matters": cfr. "Aceprensa", 17-07-2002], e que o pai efetua uma contribuição específica para o bem-estar dos filhos [ver D. Blan-kenhorn, "Fatherless America": cfr. "Aceprensa", 22-03-1995]. As mães e os pais não são intercambiáveis, mas para alterar a definição de casamento será necessário dizer se o são. De facto, os tribunais estão a dizer parvoíces tais como que "a ideia tradicional de que os filhos necessitam de uma mãe e de um pai para serem educados como pessoas sãs e equilibradas é mais baseada num estereótipo do que em qualquer outra coisa". Esta declaração do Supremo Tribunal do Iowa [caso Varnum vs Brien] é simplesmente falsa enquanto afirmação geral.

Nada mais do que biologia

Mas o problema mais significativo é como a redefinição do casamento afeta outros aspetos do sistema jurídico e social.

O casamento do mesmo sexo altera a definição da paternidade, como efeito colateral da redefinição de casamento. Até agora, o casamento fez com que a paternidade legal siga a paternidade biológica, com algumas exceções por adoção. A presunção legal de paternidade significa que se presume que os filhos nascidos de uma mulher casada são filhos do seu marido. Com esta norma legal, e com a prática social de exclusividade sexual, o casamento une os filhos aos seus pais biológicos.

Evidentemente, os casais do mesmo sexo não podem procriar juntos. Aquilo que se tem vindo a chamar de "igualdade matrimonial" exige uma alteração suspeita da "presunção de paternidade" para uma "presunção de paternidade legítima" indiferente ao género. Este jogo de mãos transforma a compreensão jurídica da paternidade. O parceiro do mesmo sexo de um pai biológico nunca pode ser o outro pai biológico. Em vez de unir os filhos aos seus pais biológicos, o casamento do mesmo sexo é o veículo que separa os filhos de um dos seus pais.

Mas a biologia reclama as suas prerrogativas, como está a ocorrer de facto nalguns casos. Algumas mulheres que têm filhos com parceiras do mesmo sexo apercebem-se de que partilhar os cuidados dos seus filhos com outra mulher, não é tão simples como tinham pensado, e, na realidade, não é a mesma coisa que partilhar estes cuidados com o pai do filho. Alguns homens que acedem a ser doadores de esperma como

"amigos", apercebem-se de que querem ter com os seus próprios filhos uma relação mais estreita do que tinham pensado. E alguns filhos sentem a falta do pai biológico, fazem perguntas incómodas sobre as suas origens, e têm a sensação de ter sido comprados [ver E. Marquardt *et al.*, "My Daddy's Name is Donor": cfr. "Aceprensa", 04-06-2010].

Os defensores do que chamam "igualdade matrimonial", respondem frequentemente que "isso não é mais do que mera biologia", como se a biologia não fosse importante. Pedem às pessoas que deixem de lado o seu apego natural de pais para com os seus filhos, a natural dificuldade de tratar o filho de outra pessoa como se fosse seu, os desejos naturais dos filhos de saber quem são e de onde vêm. Mas não se poderá suprimir indefinidamente todos estes sentimentos em todas essas pessoas.

O governo decide quem é o pai

Além de todos estes sentimentos inesperados, a redefinição do casamento terá consequências jurídicas de grande alcance. Os tribunais estão a conceder direitos de paternidade a indivíduos que não são nem pais biológicos nem pais adotivos: vamos chamar a estas pessoas os "não-pais". Os tribunais e até alguns parlamentos estão a conceder direitos de paternidade a não-pais, enquanto que pessoas que respondem àquilo que é um pai, estão a ver diminuídos os seus direitos de paternidade, porque tiveram, determinada vez, uma relação sexual com alguém.

Para fazer isto, o Estado deve estabelecer indícios vários para determinar se a pessoa realmente merece o estatuto de "pai de facto". O tribunal acaba por investigar os pormenores minuciosos da vida em família, para determinar se a pessoa reúne todos os requisitos para ser um pai de facto.

Sejamos claros: a alternativa ao princípio biológico para determinar a paternidade, é que o Governo decida quem é o pai. Em vez de simplesmente registar a paternidade, o Estado determiná-la-á, não só em casos excepcionais, mas como algo rotineiro. Isto é o que acabará por significar "que o Estado não se deverá meter em as-suntos de casamento".

Em poucas palavras, redefinir o casamento como união de duas pessoas, em vez de união de um homem com uma mulher, rejeita três princípios fundamentais: primeiro, o princípio de que os filhos têm direito a uma relação com ambos os pais; segundo, o princípio biológico para determinar a paternidade; e, terceiro, o princípio de que o Estado reconhece a paternidade, mas não a atribui.

Não são mudanças insignificantes. Deve ter-se em conta que estas inquietações não implicam que alguém não seja digno do casamento, não tornam ninguém um "cidadão de segunda classe", e não menosprezam ninguém. Ao alterar a lei do casamento, passa a haver uma mudança para todos, e criam-se incentivos que podem afetar o comportamento de todos. Redefinir o casamento é uma experiência social radical.

Fomentar a família intacta assegura uma melhor situação dos filhos

“A presença paterna é um elemento educativo primordial”, afirma Bradford Wilcox, diretor do “National Marriage Project” da Universidade de Virgínia, numa entrevista publicada no suplemento “Família” do “ABC” (15-07-2011).

Wilcox destaca vários aspetos do papel do pai na família: normalmente é ele que traz mais dinheiro para casa, inclusivamente hoje em dia, em que muitas mães trabalham; tende a disciplinar com mais firmeza os filhos e a obter mais obediência dos adolescentes do sexo masculino; na hora de brincar com os filhos, praticam jogos mais físicos que constituem lições importantes sobre como controlar o corpo e as emoções; gera autoconfiança nos filhos para enfrentarem as oportunidades e dificuldades da vida.

Outra função importante é “amar a mãe dos seus filhos”. “Num bom ambiente familiar”, explica, “os filhos do sexo masculino são capazes de observar como o pai trata com respeito e afeto a mãe, sendo mais provável que depois eles próprios tratem as mulheres com o mesmo respeito quando se tornarem mais velhos. Do mesmo modo, as raparigas que crescem em tais lares, têm mais probabilidade de esperar esse mesmo tratamento respeitador por parte dos seus noivos e dos seus futuros maridos”.

Nas diferentes situações possíveis no âmbito familiar, a família intacta continua a ser a situação ideal para Wilcox. “Todas as investigações demonstram que qualquer desvio do que designo ‘padrão ouro’ – a família intacta, constituída pelos pais biológicos, casados – envolve altos riscos na vida emocional e nos problemas sociais”. Reconhece que há exceções, e mães solteiras que conseguem educar bem os filhos. Mas, as estatísticas são claras. “O afastamento do ‘padrão ouro’ comporta riscos. É verdade para os filhos que são adotados, para os que observaram o divórcio dos pais e para aqueles que só têm pai ou mãe. Constata-se que fomentar a família intacta e ajudá-la, é a melhor maneira de assegurar uma melhor situação dos filhos”.

A ausência da figura do pai no lar tem repercussões tanto nos rapazes, como nas raparigas. “Por não terem um adequado modelo de masculinidade em casa, alguns [rapazes] veem-se tentados a adotar atitudes de macho, para provar a sua masculinidade, e isto pode estar associado a comportamento violento e delituoso”.

Quanto às raparigas, “tanto se vivem sozinhas com as mães, ou se estas partilham o lar com o noivo ou um novo marido, muitas moças encaram-se a si mesmas, enquanto objetos sexuais”. Pelo contrário, “ter o pai biológico em casa parece proteger as raparigas, tanto de uma precoce puberdade, como de uma atividade sexual sendo adolescentes. O elemento que mais influencia as raparigas a atrasar a atividade sexual é a

relação pai-filha, mais importante neste caso que a relação mãe-filha”.

Quando lhe perguntam se pode substituir-se a figura do pai em filhos criados por um casal de lésbicas, responde: “O dano do divórcio nos filhos demorou 25 anos a ser constatado universalmente e ainda é cedo para os estudos científicos se pronunciarem inequivocamente sobre a influência do casamento homossexual. Até agora, não se constataram diferenças significativas entre lares de pais heterossexuais e os constituídos por casais homossexuais, mas são investigações baseadas em pequenas amostras não representativas”.

(Fonte: “ABC”)